

“Educação Profissional como estratégia para o desenvolvimento e a inclusão social”

Roteiro para debate nas Conferências Estaduais preparatórias à Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica

Brasília, abril, 2006

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA apresenta este texto como referência às discussões que ocorrerão na **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: "Educação Profissional como estratégia para o desenvolvimento e a inclusão social"**.

A Conferência está sendo organizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, pelo Fórum de Gestores Estaduais de Educação Profissional e pelos Conselhos de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, das Escolas Agrotécnicas e das Escolas Vinculadas às Universidades Federais.

Esta Conferência Nacional que tem como objetivo principal, definir diretrizes para uma nova política nacional de educação profissional e tecnológica, através do diálogo entre os diversos atores.

Os demais objetivos são:

Discutir o papel da educação Profissional e tecnológica no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social, observando as realidades regionais.

Discutir sobre a atuação da Educação Profissional e Tecnológica na melhoria da competitividade do país na economia global.

Propor mecanismos permanentes de financiamento visando à manutenção e expansão da Educação Profissional e Tecnológica.

Analisar e discutir o pacto federativo e o papel das instâncias governamentais e não governamentais na organização institucional da EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .

Propor estratégias operacionais para a Educação Profissional e Tecnológica , quanto ao sistema de gestão, à proposta pedagógica, à EAD, à formação e à valorização dos trabalhadores da EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .

Instituir a realização periódica da Conferência Nacional de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .

A Conferência discutirá cinco eixos temáticos:

1- *“O papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social”*

Este eixo diz respeito a uma questão central para as instituições de educação que atuam com educação profissional e tecnológica. O entendimento de que a formação profissional, tanto técnica quanto tecnológica, contribui efetivamente para que o país possa ter uma população que, ao optar por uma formação profissional ainda na fase de estudos da educação básica, venha contribuir para o desenvolvimento e aproveitamento das tecnologias mais avançadas e também da pesquisa em áreas de inovação, sedimentando políticas de inclusão e desenvolvimento humano.

2- *“Financiamento: manutenção e expansão”*

O segundo eixo se reporta a uma condição indispensável para a educação profissional: a forma de sua sustentabilidade. Os recursos necessários para uma eficiente gestão escolar, implicando desde profissionais devidamente habilitados e capacitados, à uma estrutura física bem instalada, bibliotecas com acervos sistematicamente atualizados, laboratórios e oficinas em constante atualização. Para tanto, o Estado brasileiro precisa destinar recursos de forma permanente, exigindo-se assim, um FUNDO para a Educação Profissional e Tecnológica.

3- *“Organização institucional e papel das instâncias de governo e da sociedade”*

Este terceiro eixo diz respeito a uma demanda que a educação profissional e tecnológica coloca como relevante: a articulação entre as instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica e as instituições e organizações ligadas ao mundo do trabalho, ao setor produtivo e às organizações de trabalhadores e empregadores.

Estabelecer uma relação profícua tendo como princípio à educação para o exercício da cidadania, os conhecimentos científicos e tecnológicos para o desempenho profissional e a contribuição no desenvolvimento da nação, de forma soberana e em colaboração para a construção de uma sociedade equânime.

4- *“Estratégias Operacionais de Desenvolvimento da Educação profissional e tecnológica: sistema de gestão, proposta pedagógica, educação a distância e formação e valorização dos profissionais da educação profissional e tecnológica”*

O desenvolvimento da educação profissional e tecnológica necessita de estratégias operacionais voltadas à oferta de uma educação adequada às novas tecnologias, com profissionais qualificados, dentro de um espaço que prime pelos princípios da democracia, com clareza de seu projeto pedagógico e em adequação permanente às transformações do mundo do trabalho.

5- *“A Relação da educação Profissional e Tecnológica e a universalização de educação básica.”*

Este eixo temático é estruturante da política de universalização da educação básica, ao defender a concepção de uma educação integral do cidadão, resgata-se a identidade primordial da segunda etapa da educação básica (ensino médio). É compreendendo essa educação integral como fundante na construção de projetos curriculares, que se conjuga a intrínseca inter-relação entre conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos.

As propostas aqui apresentadas, foram elaboradas a partir do movimento iniciado em 2003, quando foi realizado o Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, e que em 2004, promoveu encontros nacionais e lançou o documento “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.”

EIXOS TEMÁTICOS

Apresentam-se a seguir os temas e as propostas que irão centrar as discussões das diretrizes políticas para a educação profissional e tecnológica, na Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.

Eixo temático I: Papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social

O papel a ser desempenhado pela educação profissional e tecnológica inserida no contexto do trabalho e suas interfaces com o mundo produtivo e com a própria sociedade, seja no local de trabalho, seja no de ensino em seus vários níveis e formas, significa situar o trabalho em sua relação mais profunda com o saber do trabalhador, como parte integrante do cotidiano dos cidadãos.

A experiência do trabalho faz criar e aprender. Trabalho e educação exprimem elementos diferenciados, mas recorrentes de produção e de acumulação do conhecimento teórico-prático, necessários ao indivíduo no seu relacionamento com a natureza, conforme seus interesses e necessidades, indispensáveis à formação de sua cidadania plena. O potencial cognitivo e didático do trabalho depende de seu entorno e das situações que o circunscrevem. Portanto, torna-se necessário indicar novas dimensões educacionais que situem o trabalho em sua relação mais profunda com o saber do trabalhador, resgatando a experiência acumulada ao longo de sua existência e transformando-o em ator e sujeito dos processos produtivos.

Assim, é fundamental que a educação profissional e tecnológica vincule-se a um projeto de desenvolvimento econômico e social, com vistas a atender à diversidade de situações da população brasileira (em especial das periferias das cidades e do campo) contribuindo para a redução das desigualdades sociais. A Educação Profissional e Tecnológica precisa incorporar a discussão da subjetividade e do trabalho, para que os saberes construídos pelos trabalhadores sejam valorizados e os mesmos considerados como sujeitos criativos do trabalho.

Propostas:

1- Concretizar políticas públicas de inclusão social emanadas pelas diretrizes da Educação Especial na Educação Básica;

2- Fortalecer as relações com os vários segmentos da sociedade através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, de Seminários Nacionais de Educação Profissional e Tecnológica, ouvindo trabalhadores, representantes de empresas, instituições públicas e privadas, organizações sindicais e não-governamentais.

3- Implementar programas de educação profissional integrado à educação de jovens e adultos em todos os sistemas de ensino, tanto público com privado.

4-Realizar encontros regionais, estaduais e nacional para intercâmbio e elaboração de propostas que viabilizem a implementação e ampliação do PROEJA.

5 - Ampliar o número de vagas, no horário noturno, para reforçar o indicador de atendimento social.

6- Democratizar a educação profissional e tecnológica para segmentos diferenciados como os movimentos sociais, minorias, juventude, idosos, entre outros.

Eixo temático II: Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica

II.1 - Manutenção

A manutenção e ampliação do número de vagas na Educação Profissional estão certamente condicionadas à existência de recursos que assegurem essa possibilidade. A quem compete a responsabilidade pela educação profissional e tecnológica quanto ao financiamento da manutenção?

Esta questão não pode ser examinada fora da lei que normatiza o sistema e os subsistemas de ensino. A LDB, de 1996, determina que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (Constituição de 1988, Art. 211). Além de organizar o sistema federal de ensino do Distrito Federal, a União compromete-se a financiar as instituições públicas federais e a exercer, em matéria educacional, função re-distributiva, “... de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” .

Explicita-se que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e os Estados e o Distrito Federal no ensino fundamental e médio (§§ 2º e 3º), definindo a colaboração recíproca entre esses poderes (§ 4º) para assegurar a universalização do ensino obrigatório, o ensino fundamental, o único ao qual se prevê gratuidade (Art. 208).

A co-responsabilidade dos poderes pelos diversos níveis de ensino é uma determinação positiva. Mas é preciso refletir sobre o conjunto das leis e políticas que ampliam ou restringem a intenção da lei. Assim, a princípio, a parcela de arrecadação de impostos (excluindo outras contribuições e taxas) à Educação é de, no mínimo, 18% na União e 25% nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Observe-se, no entanto, que os recursos destinados ao referido Sistema correspondem também a ações e instituições diferenciadas, envolvendo, além da educação profissional, outras, tais como: educação básica, assistência social, saúde, lazer e apoio às micro e pequenas empresas.

A inexistência de previsão legal, sistemática e organizada para o financiamento da educação profissional e tecnológica, tem como consequência a oferta desarticulada e insuficiente desta modalidade de ensino. No âmbito federal a oferta se manteve através da rede federal de educação tecnológica, que, não obstante à sua qualidade e tradição quase centenária, passou por um longo período de estagnação. No âmbito estadual a oferta é reduzida comparada à demanda. E, no âmbito municipal, são poucos os municípios que destinam recursos orçamentários à manutenção da Educação Profissional e Tecnológica, pois esta não pode ser financiada com a parcela mínima que, por Lei, é dedicada à Educação fundamental.

A Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, tem sido subsidiada por programas de financiamento, em sua maior parte com capital internacional. É preciso alterar esse quadro. Para que a oferta de vagas cresça substancialmente é necessário que uma fonte perene e permanente se estabeleça. Para tanto, se faz premente a aprovação do PL que cria o FUNDEP. Um fundo de financiamento público à educação profissional e tecnológica que já se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

Para a gestão do referido Fundo é essencial a definição de critérios claros e transparentes para o repasse de recursos públicos, assim como seu acompanhamento por parte dos órgãos de avaliação, bem como o incentivo ao diálogo entre as diversas redes e sistemas de educação profissional e tecnológica, evitando-se inclusive, a desnecessária concorrência entre órgãos e instituições.

II.2 - Expansão

Uma das únicas fontes de financiamento da expansão da Educação Profissional e Tecnológica foi o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, que alicerçou a expansão do ensino técnico público e privado. Suas instruções normativas para a realização de convênios não contemplaram o financiamento da articulação das ações de Educação

Profissional e Tecnológica com as de elevação da escolaridade e da Educação Básica.

O PROEP previu apenas o financiamento para infra-estrutura, construção e reforma de prédios, laboratórios, capacitação de profissionais da Educação Profissional e Tecnológica e consultorias. O fato de ser um programa temporário, não permitiu dentro do programa, a constituição de uma outra política de financiamento que contemplasse a manutenção permanente das atividades educacionais, o que pode estar significando a transferência dessa responsabilidade para iniciativa privada.

O PROEP procurou financiar a construção de unidades escolares vinculadas às instituições privadas fundacionais (segmento comunitário), entretanto, muitas destas instituições tiveram sérias dificuldades de sustentabilidade, muitas sobrevivendo graças às parcerias com o setor público. O custo associado ao investimento inicial para a construção de uma unidade escolar, equivale ao custo de dois anos de manutenção das mesmas. Assim, não basta construir o prédio e equipá-lo, deve-se garantir a manutenção e a sustentabilidade da unidade.

Apesar de serem positivos programas como o PROEP, estes são esporádicos e pontuais. Faz-se necessária uma política de Estado que possa prover a grande maioria da população a oportunidade de formação profissional.

Propostas

- 1- Mobilizar esforços para a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (FUNDEP), constituído pela manutenção das atuais fontes de financiamento e criação de outras extraídas de fundos e programas já existentes.
- 2- Proceder ao levantamento e discussão sobre as fontes de recursos e de sua utilização, bem como das transferências à sociedade sobre a disponibilidade do montante deles para a educação profissional e tecnológica.
- 3- Estabelecer uma política de gestão democrática e transparente dos recursos públicos destinados à educação profissional e tecnológica.
- 4- Criar fóruns estaduais de orçamento público nos diversos Estados para avaliar e decidir sobre a aplicação dos recursos em educação profissional e tecnológica e geração de trabalho e renda.
- 5- Estabelecer mecanismos de acompanhamento na aplicação dos recursos públicos nas diversas instâncias do poder público, nas instituições privadas e nas comunitárias.

- 6- Criar bolsas de educação profissional e tecnológica destinadas à formação de docentes e de iniciação à capacitação tecnológica de alunos.
- 7- Promover a integração entre as Secretarias nos Estados e entre os diversos Ministérios envolvidos com a Educação Profissional e Tecnológica, no sentido de proporcionar maiores opções de investimentos.
- 8- Buscar parcerias e incentivar a participação da sociedade civil de modo a garantir os processos para além das instâncias e gestões de governo, tais como: associações livres, sindicatos, escolas comunitárias, associações não-governamentais, Sistema S e Secretarias do Trabalho e da Educação.
- 9 – Reduzir a privatização do espaço público que opera através de diferentes mecanismos – fundações, terceirizações, parcerias, introdução de taxas no ensino público e precarização das condições de trabalho.
- 10 - Fortalecer a infra-estrutura de laboratórios das instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica .
- 11- Criar, ampliar e estabelecer mecanismos de atualização do acervo das bibliotecas das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica.
- 12 -Definir recursos para aquisição de equipamentos, adequação de espaços físicos, produção de material didático e outros, com vistas à promoção do acesso e da permanência de alunos com necessidades educacionais especiais, nos cursos de educação profissional e tecnológica.
- 13 – Promover um projeto de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, pública, gratuita e de qualidade social requerida pela população de jovens e adultos do país.
- 14 - Discutir sobre o papel do Estado e da sociedade civil a função social das redes com financiamento público.

Eixo III : Organização institucional e papel das instâncias de governo e da sociedade civil

O setor público é composto da rede de escolas técnicas e vinculadas, centros federais e estaduais de educação tecnológica, escolas e faculdades estaduais e municipais, universidades estaduais e municipais e uma universidade tecnológica, mantidas pelas três esferas jurídico-administrativas – federal, estadual e municipal. No entanto, diferentes sujeitos sociais têm interesses específicos na formação para o trabalho, os trabalhadores, os sindicatos, os empresários, a iniciativa privada em matéria educacional, o segmento comunitário (associação de moradores, associações religiosas e beneficentes, organizações não-governamentais) são sujeitos sociais que têm atuado de forma diferenciada em Educação Profissional e Tecnológica.

No entanto, essas instituições encontram-se desarticuladas nos seus níveis educacionais e esferas governamentais. São diferentes instâncias que atuam no campo da educação profissional. É necessário o estabelecimento das competências e responsabilidades de decisão; tanto em relação à novas políticas quanto à uma visão integrada da educação profissional e de articulação entre a continuidade da educação básica e a educação profissional, a oferta de curso de qualificação, a formação inicial e continuada do trabalhador da educação profissional e a geração de trabalho e renda.

Compreendido o papel central para a sociedade brasileira da educação profissional e tecnológica, é fácil perceber que há uma forte demanda, representada por uma compreensão crítica e social da tecnologia pelo trabalho que deva se refletir no espaço educacional, preparando o cidadão para ser agente e ator das transformações.

Propostas

1- Articular-se com as Secretarias de Educação e de Ciência e Tecnologia dos Estados com vistas a integrar as políticas públicas em prol da educação profissional e tecnológica, bem como a melhor forma de adequá-las às peculiaridades de âmbito regional, nacional e mundial.

2- Adotar mecanismos e providências para que as atividades das instituições que atuam com Educação Profissional e Tecnológica beneficiem os segmentos públicos, fortalecendo a formação integrada da educação profissional e tecnológica.

3-Fortalecer as relações com os vários segmentos da sociedade através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, de Seminários Nacionais de Educação Profissional e Tecnológica, ouvindo trabalhadores, representantes de empresas, instituições públicas e privadas, organizações sindicais e não-governamentais.

4- Definir claramente a relação entre as modalidades de oferta de Educação Profissional e Tecnológica com os níveis de educação regular.

5- Articular as instâncias de governo e da sociedade civil no sentido de transferir e apropriar conhecimentos tecnológicos que atendam aos interesses da sociedade.

6- Promover a adequação da educação profissional e tecnológica, com os arranjos produtivos que atendam às especificidades locais e regionais.

7- Criar e implantar políticas de certificação profissional, utilizando a rede de instituições públicas federais e estaduais de educação profissional e em parcerias com outros Ministérios, que atuam em Educação Profissional e Tecnológica.

8- Articular-se com os Conselhos Nacionais e Regionais de Classe com o objetivo de subsidiar as políticas nacionais de educação profissional e tecnológica.

9 - Criar a Câmara de Educação Profissional e Tecnológica no Conselho Nacional de Educação.

10- Admitir um período de transição para que os conteúdos de novos instrumentos legais sejam amplamente discutidos pelas comunidades e instituições, garantindo a participação de todos os seus agentes.

11- Adotar medidas que renovem a dinâmica de atuação das redes de educação profissional, incentivando o intercâmbio de experiências e de informações, bem como a articulação institucional com vistas ao fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica .

Eixo temático IV: Estratégias operacionais de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

IV.1 - Sistema de gestão

A gestão democrática é uma das estratégias de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades sociais. Assim, é preciso democratizar o espaço escolar e a cadeia de relações nele estabelecidas. Sua implantação exige o enfrentamento das distorções sociais presentes na legislação e nas práticas educacionais vigentes.

No que tange à democratização, é importante ressaltar alguns pontos, como: a participação democrática na elaboração, implementação, acesso e a avaliação da política pública, buscando a superação do viés compensatório; a relação democrática entre as instâncias governamentais, e destas com as instituições; a democracia interna das instituições mediante a participação democrática da comunidade educacional e na composição e eleição de seus órgãos diretivos.

Diante dessas questões, cabe ressaltar que a gestão democrática não se constitui num fim em si mesma, mas numa das estratégias de desenvolvimento nacional e de inclusão social.

Propostas

- 1- Estabelecer mecanismos de acompanhamento e controle das políticas públicas de educação profissional e tecnológica, instituições públicas e

privadas, bem como em organizações sindicais, organizações comunitárias e não-governamentais.

- 2- Elaborar e propor ao Legislativo, instrumentos jurídico-normativos, após consulta aos segmentos representativos, que incorporem os princípios, fundamentos, definições e políticas com vistas a desencadear ações inovadoras e consistentes na área da educação profissional e tecnológica.
- 3- Elaborar e implementar um modelo de gestão que **promova a inclusão social**.
- 4- Construir mecanismos de gestão democrática em todas as instituições, envolvendo todas as redes que compõem a educação profissional e tecnológica.
- 5- Envolver as comunidades nas definições e estruturação dos cursos.
- 6- Ampliar o acesso e permanência dos educandos das redes à educação profissional e tecnológica mediante a expansão das vagas nas instituições públicas, aperfeiçoando as condições de permanência nas escolas, inclusive para as minorias, assim como criando mecanismos de combate à evasão escolar.

IV.2 - Proposta pedagógica

A construção de uma educação tecnológica mais ampla, afinada com as propostas de uma cidadania ativa e crítica, requer se pensar nos processos formativos a serem desenvolvidos nos sistemas educacionais. A organização pedagógica precisa contemplar a organização de cursos de forma não-fragmentária, com planos de formação continuada que se estruturam em itinerários formativos, articulados a uma sistemática de certificação que favoreça a mobilidade e o desenvolvimento profissional. Assim é que convém acenar para a proposta de currículos integrados.

O importante é a construção de um plano de formação que organize itinerários formativos correspondentes às diferentes especialidades ou ocupações dos diferentes setores da economia. Pois a reorganização dos currículos com base na educação profissional e tecnológica é entendida como uma dimensão essencial que ultrapassa as aplicações técnicas, interpretando a tecnologia como processo educativo e investigativo para gerá-la e adaptá-la às peculiaridades regionais, de maneira crítica, reflexiva e comprometida com o social.

Ao trabalhar nesta vertente, as instituições tentarão aplicar a tecnologia compreendida como ciência do trabalho produtivo e o trabalho como categoria de saber e produção, se organizando de maneira inovadora e

provocando mudanças nos processos tecnológicos e nos produtos. Portanto, é preciso manter firmemente alguns princípios básicos:

a) vinculação estreita com a tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção dentro dos princípios de economia solidária;

b) desenvolvimento de uma cultura que unifique as funções do pensar e do fazer;

c) integração da geração, transmissão e utilização do conhecimento para solução da problemática econômico-social da região;

d) articulação verticalizada entre os vários níveis de ensino em áreas tecnológicas, promovendo oportunidades para uma educação continuada e otimizando o uso comum da infra-estrutura existente;

e) organização descentralizada mediante a possibilidade de implantação de multicampi, inserindo-se na realidade regional e oferecendo seus serviços resultantes de ensino e pesquisa aplicada.

Propostas

- 1- Levantar e socializar informações das experiências que vêm sendo desenvolvidas pelas diversas instituições que integram as redes de educação profissional e tecnológica.
- 2- Ofertar cursos respeitando as diversidades e peculiaridades regionais.
- 3- Fortalecer currículos que priorizem a integração da Educação Profissional e Tecnológica com diversos níveis de escolarização.
- 4- Estabelecer sistema de avaliação periódica da oferta de Educação Profissional e Tecnológica .
- 5- Estabelecer currículos/cursos organizados visando o itinerário formativo.

IV.3 - Educação a Distância - EAD

A democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica se depara com a limitação da oferta de vagas e condições de atendimento das diferentes realidades estruturais do país: minorias, lugares de difícil acesso, formação de docentes e adequação aos arranjos produtivos locais. A Educação à Distância tem sido apontada como uma possibilidade de alcance a essas demandas, através de processos de inclusão digital, formação à distância, criação de telecentros e ativação de centros vocacionais tecnológicos.

Propostas

- 1 - Incentivar a adoção e implementação de novas metodologias no âmbito da educação profissional e tecnológica, por meio de tecnologias de multimídia.
- 2 – Incentivar o acesso à tecnologia e a ampliação da capacidade de inovação.
- 3 - Articular-se com as diferentes instâncias de governo que operam com a democratização digital, para participar de programas que possam ser empreendidos pela Educação Profissional e Tecnológica .

IV. 4 - Formação e valorização dos profissionais de Educação Profissional e Tecnológica

A formação de professores de educação profissional e tecnológica, de educadores ou de profissionais especializados, assim como de gestores, permanece como uma questão grave e fundamental, exigindo medidas concretas.

A falta de qualificação é, sem dúvida, um grande entrave para a melhoria da qualidade e da expansão da educação profissional. O arrocho salarial dos profissionais da educação, tanto pública quanto privada, estimula o abandono dos professores da carreira docente, conduzindo à rotatividade de professores, contratos precarizados, gerando uma situação de não-permanência em projetos institucionais.

Há urgência na formulação de uma política global de formação dos profissionais da educação que articule: formação inicial e continuada e plano de carreira e salários condignos, ouvidas as entidades destes profissionais.

A formação de professores para a educação profissional e tecnológica necessita ser discutida em termos de legislação a ser aplicada e de seu efetivo controle na prática das instituições públicas e privadas, constituindo-se num direito que possibilita o desenvolvimento e o aprimoramento desses trabalhadores, o que contribui para a qualidade social das atividades educativas.

A sua relevância consiste numa condição essencial para o processo de expansão qualitativa e quantitativa da educação profissional e tecnológica e num elemento fundamental para uma política educacional comprometida com a justiça social.

Propostas

- 1- Adotar medidas que beneficiem a estruturação das carreiras e valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica.
- 2- Adotar medidas que garantam a periodicidade de recomposição e expansão do quadro de profissionais através de concursos públicos.
- 3- Estabelecer uma política de formação continuada de profissionais para a educação profissional e tecnológica, tanto na graduação (licenciatura), como na pós-graduação.
- 4- Efetivar um programa nacional de formação de docentes em serviço.
- 5- Desenvolver um programa de formação para gestores da educação profissional e tecnológica.
- 6- Incentivar o desenvolvimento de cursos que aprofundem conhecimentos tecnológicos e de gestão da inovação.
- 7- Promover ações de intercâmbio de experiências de formação de profissionais de Educação Profissional e Tecnológica .
- 8- Democratizar o acesso e expandir a oferta de vagas na pós graduação.
- 9- Rever as licenciaturas, que poderão ser organizadas com uma base comum ou geral de conhecimentos e uma base específica associada a uma área de atuação mais ampla.
- 10- Apoiar a criação de linhas de pesquisa aplicada sobre as questões que envolvem a educação profissional e tecnológica nos programas de pós-graduação das Instituições de Educação Superior, bem como promover a devida articulação com os núcleos de pesquisa desenvolvidos pelas universidades, especificamente pelas faculdades de educação, no que tange às relações da educação com o trabalho.

Eixo V : A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da educação básica

A educação básica ao ser universalizada, por meio da oferta pública e gratuita, pela democratização do acesso e garantia de permanência, ganhará à medida que se integrar com a formação profissional de jovens e adultos. Ao assumir essa integralidade, garantirá possibilidades a todos os cidadãos e a satisfação da necessidade de um contínuo aprendizado. Nesse sentido a educação é um direito social básico, universal e fundamental para a construção de uma nação autônoma, soberana, solidária consigo mesma e com outras nações.

Ao adotar a integralidade, a educação básica estará contribuindo para uma formação humanística e científica de sujeitos autônomos, críticos, criativos e protagonistas da cidadania ativa.

Propostas

- 1-** Estimular as redes para a implementação de programas de educação profissional e tecnológica integrada à educação de jovens e adultos.
 - 2-** Articular com secretarias de educação e de ciência e tecnologia dos estados e secretarias municipais de ensino ações que visem à oferta de Educação Profissional e Tecnológica integrada à Educação Básica.
 - 3-** Articular em conjunto com instituições de educação profissional formas alternativas de oferta de educação básica para o aluno trabalhador.
 - 4-** Promover a implementação do ensino médio Integrado à Educação Profissional à luz da análise das experiências desenvolvidas no país.
-